

O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA NO EMPODERAMENTO DO IDOSO

Rita de Cássia da Silva Oliveira – UEPG/Brasil – soliveira13@uol.com.br
Paola Andressa Scortegagna – UEPG/Brasil – paola_scortegagna@hotmail.com
Flávia da Silva Oliveira – Faculdade União/Brasil – flasoliveira@uol.com.br

Resumo: As mudanças sociais imprimem um ritmo acelerado, sendo acompanhadas pelo desenho demográfico mundial, no qual o envelhecimento da população e o grande contingente de idosos se apresentam como questões prioritárias para o novo século. Atendendo as necessidades e demandas deste segmento etário, a educação e a cultura exercem papel fundamental no empoderamento do idoso. Esta pesquisa objetiva refletir sobre educação, cultura e políticas públicas para o empoderamento do idoso, na superação da sua situação de vulnerabilidade em muitos aspectos da vida social. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico. O empoderamento do idoso possibilita uma nova representação da velhice, superando o simbólico estabelecido na esfera cultural de impotência, limitações e desvalorização social. Palavras-chave: Educação. Cultura. Empoderamento.

INTRODUÇÃO

As sociedades atualmente sofrem, em um ritmo acelerado, muitas mudanças em diferentes aspectos entre os quais: demográfico, social, político, econômico e cultural. Esse novo panorama exige um homem que acompanhe essas inovações e possa intervir nessa sociedade, transformando-a.

Embora a sociedade seja marcada por desigualdades, como preceito Constitucional no Brasil, firma-se que a educação é um direito de todos, sem qualquer distinção ou preconceito. É justamente, mediado pela educação que o homem adquire os conhecimentos e as manifestações culturais possibilitando o sentimento de pertencimento a sociedade na qual está inserido.

No segmento menos privilegiado educacionalmente encontra-se o idoso que, embora se tenha avançado quantitativamente em iniciativas educacionais oferecidas a esta faixa etária, ainda apresenta um panorama distante do desejável e necessário, sempre justificado pela incapacidade de aprender, de criar ou inovar desta faixa etária.

A educação ao longo da vida já é teoricamente comprovada e a prática, como consequência, deve ser implementada. É pela educação que o homem se instrumentaliza em busca de uma emancipação política e em última instância de uma emancipação humana em toda a sua plenitude.

Esta pesquisa objetiva refletir sobre educação, cultura e políticas públicas para o empoderamento do idoso, na superação da sua situação de vulnerabilidade em muitos aspectos da vida social. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e cultura constituem conceitos que se entrelaçam e são resultados da atividade humana.

Se por um lado a educação, em sentido amplo, refere-se à existência humana em diferentes aspectos e ao longo da vida, a cultura se fortalece e se manifesta nas criações materiais e imateriais do homem em resposta as suas necessidades e inovações sociais.

A educação apresenta-se como um processo, um fato existencial e social. É o processo pelo qual o homem constitui a si próprio. Pela educação, a sociedade se reproduz a si mesma ao longo de sua duração, entretanto contém uma contradição: ao mesmo tempo em que a sociedade busca se manter da própria dinâmica que caracteriza a educação, acontece a renovação contínua, as rupturas de conceitos cristalizados que ameaçam o equilíbrio presente, em busca da criação do novo.

Na medida em que a educação apoia-se no processo econômico da sociedade determina as possibilidades e as condições de cada indivíduo nas diferentes fases da vida, considerando as oportunidades educacionais, os meios materiais para a sua concretização e os próprios fins da educação, determinando os níveis culturais distintos, que variam conforme a posição de cada indivíduo no trabalho social.

Ainda pode-se considerar a educação como um processo exponencial, de existência concreta (PINTO, 2010). A educação encerra uma natureza contraditória, e ao mesmo tempo em que se volta para a conservação da sociedade, da hierarquização e das relações de poder, busca a superação da reprodução pela conscientização, crítica e emancipação humana, por meio de uma formação que esteja direcionada para questões relativas ao ser humano em sua integralidade, nos caráter social, político, econômico, cultural, biológico, ético e moral.

“A educação é histórica não porque se executa no tempo, mas porque é um processo de formação do homem para o novo da cultura, do trabalho, de sua autoconsciência” (PINTO, 2010, p.37).

Todas as sociedades constroem, ao longo de sua existência, um tipo de homem que desejam e a educação reflete em seu currículo e metodologia essas peculiaridades

refletindo os interesses da sociedade de cada época. Portanto, não existe uma sociedade e homens abstratos, senão reflexos de uma intenção educativa que satisfaz a uma classe social hegemônica a qual estabelece as leis no intuito de formalizar e materializar suas intenções por meio da educação. Desta maneira, a educação possui uma intencionalidade e finalidade substancializada pela prática social.

Assim, pode-se afirmar que a educação é um produto ideológico da cultura, que “reflete e resume a totalidade cultural que o enuncia” (PINTO, 2010, p.39); e “a educação pertence ao campo cultural por ser o processo produtor (e transmissor) da cultura.” (idem).

Como afirma Paulo Freire (2011) o homem é um ser inconcluso, por essência inacabado e se constitui e se forma a si mesmo ao longo de sua existência, considerada aqui a educação permanente enquanto expressão de continuidade da educação durante toda a vida do indivíduo. Na sociedade, todos se educam permanentemente, pois ninguém vive isolado, na medida em que o homem se constitui em um ser social e necessita da convivência, de hábitos, valores, saberes, estilos de vida e cultura que possibilitem a sua inserção no espaço social.

O processo de transmissão da cultura pela educação supõe como afirma Pinto (2010) uma mediação (dialética) da sociedade, pelo trabalho concreto dos homens, no qual o saber se renova e se re-significa.

A educação não pode estar fundamentada a partir de uma concepção ingênua, a qual não reflete a representação da realidade, nem condiz a compreensão de si própria, restringindo-se ao pressuposto de ideias. Nesta concepção, não existe a autoconsciência, podendo haver em algumas situações a mera percepção de si, por meio da introspecção (PINTO, 2010).

De acordo com Pinto (2010, p. 67), essa concepção da educação coloca “o educando à condição de ‘objeto’ e o leva a conceber-se a si mesmo como ser passivo, no qual o professor infunde o saber que possui”. Esta concepção ignora todo e qualquer conhecimento do sujeito, rebaixando-o à plena ignorância, desconsidera a cultura individual e as relações sociais, inibe as potencialidades do indivíduo, considerando-o incapaz.

A educação, sendo um processo fundamental nas diferentes sociedades, assumindo características próprias, ideais e objetivos segundo o espaço e tempo, tal

como as estruturas políticas e sociais, deve estar fundamentada numa concepção crítica, opondo-se à concepção ingênua.

O fenômeno educativo é uma prática social, que envolve uma multiplicidade de aspectos, os quais permeiam a vida humana. Assim, a consciência crítica fundamenta-se pela representação de si e da realidade externa, com percepção dos objetivos que a compõe. Para efetivação deste processo, é fundamental compreender que o mundo objetivo mantém-se em processo. Nesta concepção, há a autoconsciência, não apenas como olhar para si, mas a partir do entendimento das representações dos objetivos e conteúdos que a compõe (PINTO, 2010).

A educação é uma prática social, que tem sua intencionalidade e finalidade, além de contemplar o homem em sua totalidade, por meio de uma formação que esteja direcionada para questões relativas ao ser humano em sua integralidade.

É necessário pautar-se numa teoria crítica que dê substância concreta ao esforço de subsidiar uma educação de qualidade nas condições históricas atuais, além de evitar que a mesma seja articulada e apropriada segundo os interesses da classe dominante (SAVIANI, 2003).

Logo, a educação não pode limitar-se a mero instrumento de transmissão de conhecimentos, mas fundamentada numa concepção crítica, que segundo Paulo Freire (2011, p.53-54), tem como características: anseio de profundidade na análise de problemas; reconhece as mudanças na realidade; utiliza-se por princípios autênticos de causalidade; verifica e testa descobertas, dispondo-se à revisões; livra-se de preconceitos ao deparar-se com um fato; torna-se mais crítica quanto mais reconhece em sua quietude e inquietude; sabe que é na medida em que não, não pelo que representa; é indagadora, investigativa; fortalece-se pelo diálogo; face ao novo, não repele o velho por ser velho, nem valoriza o novo por ser novo, aceita-os na medida em que são válidos.

A concepção ingênua e a concepção crítica integram dimensões distintas do mesmo fenômeno – a educação que entre outras funções media a transmissão da herança cultural acumulada por uma sociedade.

Os indivíduos interagem com diversos grupos, ao longo de sua existência, recebendo patrimônio intelectual e espiritual, ao mesmo tempo em que da prática

coletiva origina-se uma produção material e imaterial, como conhecimentos, crenças, hábitos, valores, modos de vida em comum, o que chama-se cultura.

Cultura é o processo através do qual o homem dá sentido a si e a todas as coisas que o cercam: a natureza e o outro com o qual estabelece relações de convivência. Só o ser humano é capaz de produzir cultura, ao mesmo tempo em que é produzido por ela porque aprimora suas faculdades como a inteligência, vontade, memória, educação, acesso às manifestações artísticas e aos meios de comunicação de massa.

Segundo Schmidt (2001, p. 29),

Cultura é uma visão incomum da realidade, uma perspectiva partilhada, uma concordância geral quanto ao que é verdadeiro, correto e válido. Os seres humanos adquirem suas crenças por meio da interação, e suas verdades, princípios morais, valores e objetivos são, em grande parte, socialmente criados. A verdadeira importância da cultura está na construção social da realidade.

No sentido antropológico a cultura se origina na busca do indivíduo para satisfazer as suas necessidades e adaptar-se ao meio e para adaptar o meio a si. O indivíduo atua sobre a natureza, transformando-a, ou seja, cria cultura.

Pode-se entender cultura, segundo Salas (2003, p.73) como

[...] uma trama de sentidos y significados transmitidos por símbolos, mitos, dichos, relatos, prácticas y reconstrucciones que expresan una comprensión y reconstrucción del sentido de la existencia. Las culturas no solo son relativas a una comprensión y explicación del ser humano (momento epistemológico) sino que se abren a una dinámica de la existencia que se constituye en la dialéctica entre auto-comprensión de sí mismo y hetero-comprensión, que surge inicialmente en la historicidad humana.

A cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade, é resultado de um coletivo de práticas da vida humana, consolidada em uma construção histórica que deve ser apropriada na busca da liberdade, da superação da opressão e da desigualdade.

A cultura é simbólica, aprendida e transmitida de geração a geração. Ao mesmo tempo em que a cultura é dinâmica e se renova, possui uma estabilidade porque a internalização da cultura pelos indivíduos garante que o passado se perpetue, embora sofra contínuas modificações e evoluções.

O mundo cultural é um sistema revestido de significados estabelecidos pelos grupos aos quais o indivíduo faz parte. Este processo de assimilação ocorre ao longo da

vida e a educação é determinante neste processo, por meio do qual são delimitados representações sociais, pensamentos, modos de vida, valores construídos, juízos morais, éticos e religiosos. Cultura é um conjunto de conhecimentos acumulados por uma sociedade e transmitidos de geração a geração, entre outros processos pela educação.

A cultura tem sido um dos principais pilares de construção e afirmação de identidade, sendo que a identidade cultural, segundo Stuart Hall (1997, p. 8) é constituída por “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nossa “pertença” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacional”.

Esse sentimento de pertencimento faz com que o indivíduo se sinta parte, se localize no sistema social, sendo que se pode salientar os aspectos da inclusão ou exclusão como categorias baseadas na diferença cultural.

Existe uma relação estreita entre cultura e identidade. “Nesse sentido, a identidade é compreendida enquanto construção social que produz efeitos sociais. Esta construção é elaborada, de forma dinâmica e multidimensional na relação entre os grupos onde, à medida que se diferenciam, organizam suas trocas” (CANDAUI, 2002, p.32).

O idoso busca o reconhecimento de sua identidade a partir da sua própria história, pelos símbolos, a possibilidade de estar entre os iguais (cor, gênero, idade, crenças...), que se identifiquem de forma homogênea, que os fortaleça na busca de direitos, de oportunidades, de acesso aos bens produzidos pela sociedade (CANDAUI, 2002).

Segundo Santos (1997, p.115)

[...] todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos sociais entre dois princípios competitivos de pertença hierárquica. Um – o princípio da igualdade – opera através de hierarquia entre unidades homogêneas (a hierarquia de estratos socioeconômicos; a hierarquia cidadão/estrangeiro). O outro – o princípio da diferença opera através da hierarquia entre identidades e diferenças consideradas únicas (a hierarquia entre etnias ou raças, entre sexos, entre religiões, entre orientações sexuais).

Dentro de uma perspectiva crítica considera-se que “diferenciar não equivale a discriminar e que diversidade não equivale a desigualdade” (CASTAÑO, MOYANO e CASTILLO, 1998, p.17).

Um dos grandes desafios para as sociedades na atualidade é o fenômeno do envelhecimento populacional, que tem apresentado significativa mudança no panorama

demográfico dos países, o qual exige políticas públicas e ações nos diferentes campos para atender a demanda decorrente deste novo contexto.

Entre os mitos e preconceitos excludentes com relação ao idoso está a incapacidade de aprender, sem comprovação científica, mas como justificativa para a falta de investimento na educação para o idoso; aos poucos vai perdendo sua credibilidade a medida que muitos idosos ainda estão no mercado de trabalho, produtivos e de grande destaque, desmentindo tal preceito.

As questões sociais no Brasil, tendo como categoria central a idade mais avançada, nos últimos anos tem despertado interesse de estudiosos sobre a temática. Ao mesmo tempo, os idosos se mobilizam e buscam um maior espaço e reconhecimento na sociedade, fortalecidos por um novo paradigma da velhice, ressaltando um idoso mais ativo, inserido socialmente e participativo.

A educação sendo “um processo em que cada um aprende a se formar e a se informar a fim de transformar-se e transformar o mundo” (FURTER, 1975, p. 69), não se pode desconsiderar a sua dimensão política, na qual o desenvolvimento cultural aparece como forte instrumento para romper a dependência existente nas relações hierarquizadas socialmente, voltadas para relações mais igualitárias.

A educação permanente se fortalece na aceitação da mudança para o desenvolvimento pessoal e social. Assim, “a educação permanente é a aprendizagem contínua de um estilo de vida adequado a uma sociedade que se considera, ela também, em permanente transformação e em constante desenvolvimento” (FURTER, 1975, p. 100).

Nesta percepção, é necessária maior comunicação entre a cultura mais elaborada e a cultura popular para diminuir o abismo e as distorções quanto a valoração de cada uma.

A educação enquanto meio de transmissão de cultura, apresenta-se na sociedade como alternativa de inclusão social e empoderamento do idoso. Dentre as modalidades da educação, formal, informal e não formal, a última é a que mais corresponde às necessidades e expectativas desta faixa etária.

A educação possui um papel fundamental na formação crítica e na conscientização do idoso para que tenha condições de manter-se ativo e com autonomia

na velhice. Possibilitar o acesso do idoso à educação é atitude necessária, democrática e compatível com os princípios da educação permanente.

Apresenta-se como um direito fundamental a todo ser humano, a educação para o idoso está presente na legislação brasileira, mas ainda não existe nenhuma política que referencie exclusivamente a educação para esta faixa etária.

Como afirmam Oliveira, Sortegagna e Oliveira (2011, p.90)

[...] tão fundamental quanto a cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade, é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intensiva e intencional para que este sujeito se perceba, endente seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados.

Referente à condição da prática social, a educação tem função essencial junto à pessoa idosa. Os processos educativos não se restringem a educação formal, mas apresentam outras possibilidades, comumente encontradas na educação não-formal. Nestes espaços que os idosos, muitas vezes, encontram espaço para a real participação cidadã na sociedade.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E EMPODERAMENTO

O processo educativo não se restringe à educação formal, sendo largamente difundido nos meios não formais, que possibilitam distintas aprendizagens, fortalecidas pelas ações culturais, as quais perpassam as relações entre os sujeitos nos diferentes contextos. A educação não formal é essência da educação permanente, a qual acompanha toda a formação do indivíduo.

A educação não formal caracteriza-se como um espaço de aprendizagem social, em diferentes espaços e metodologias, tendo como objetivo principal os sujeitos. A educação não formal não é contrária a educação formal, mas é um meio pelo qual a aprendizagem ocorre, livre dos currículos obrigatórios e em espaços sociais, não se enquadrando às especificidades e organizações escolares regulares.

Segundo Gohn (2006) a educação não formal representa várias dimensões, como a aprendizagem dos direitos numa perspectiva política, desenvolvimento de potencialidades, exercício de práticas comunitárias e sociais, aprendizagem que capacite para uma leitura de mundo, transmissão de informações, como também a formação

política, social e cultural. A educação não formal acontece em compartilhamento de experiências, em espaços e ações coletivas e cotidianas.

A educação não formal apresenta tempos e espaços distintos, valorizando a cultura individual e coletiva, permitindo as relações intergeracionais e inter-raciais, além de ser o lócus da educação permanente.

Gadotti (1984, p. 69) afirma que, “a educação permanente visa uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a ideia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução”. Assim, a educação permanente não depende exclusivamente da educação formal, mas acontece por meio da educação não formal.

O diálogo deve estar presente na educação do idoso para que ocorra a conscientização, apropriação de conceitos, direitos, entendimento do seu entorno, a leitura do mundo, empoderamento em busca de uma melhor qualidade de vida. A prática educativa dialógica preserva a identidade e promove a cidadania.

“Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados” (FREIRE, 2011, p.83).

Cabe assim, a educação estabelecer uma relação democrática entre a política e os sujeitos deste paradoxo educacional, a fim de re-ordenar e reconstruir gradativamente um processo ensino e aprendizagem pautado na construção e re-construção crítica, reflexiva e democrática dos conhecimentos, na qual todos os indivíduos presentes neste meio possam desenvolver-se e construir-se como cidadãos atuantes e conscientes do seu papel social. O idoso readapta as suas condições sociais e os papéis sociais que assume no decorrer dos anos.

A educação permanente deve valorizar a aprendizagem e experiências adquiridas ao longo da vida pelos idosos, incentivando-os a serem produtores de cultura e novos conhecimentos, além de superar estereótipos e mitos sobre a incapacidade e improdutividade na terceira idade.

“A preocupação básica que orienta o desdobramento de educação permanente e desenvolvimento cultural não se refere à contínua maturação humana, mas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural” (PAIVA, 1985, p. 48).

Por meio das ações culturais e educacionais torna-se possível chegar ao empoderamento.

O processo de empoderamento é uma ação socialmente construída, intencional e dinâmica. Supõe o aprender a fazer, estimulando a participação. Além disso, empoderar os sujeitos, corresponde à preservação de direitos adquiridos, como também a aquisição de novos saberes.

Este processo pressupõe condenar a marginalização, os preconceitos e a discriminação que envolve os grupos marginalizados, ou seja, desempoderados.

Entretanto, para que haja o empoderamento, é necessária uma ação social pautada nos princípios de uma participação crítica, envolta nos objetivos educacionais, culturais e da animação sociocultural. De acordo Horochovski e Meirelles (2007, p. 502), “indivíduos e grupos desempoderados raramente se empoderam espontaneamente”.

Neste sentido, Meirelles e Ingrassia (2006, p. 3), explicam que “[...] no termo empoderamento a noção de um processo dinâmico que se constrói a partir das práticas produzidas pelos sujeitos por meio do contexto em que estão inseridos [...]”. Em outras palavras, empoderar significa “fornecer subsídios para que estes possam ultrapassar os limites da consciência ingênua, tornando-se cidadãos críticos e conscientes de sua posição enquanto indivíduo histórico, situado”.

Para que seja possível contribuir para o empoderamento de grupos marginalizados e leva-los à consciência crítica, é imprescindível que haja ações voltadas à estes grupos, promovendo a sua participação ativa e consciente na sociedade, rompendo as barreiras da exclusão, dos estereótipos e dos preconceitos que revestem estes grupos sociais.

Segundo Schiavo e Moreira (2005), empoderar indica a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência em relação à sua condição atual, com uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição social a ser construída. Além destes condicionantes, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a prática, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva.

Sujeitos empoderados assumem sua própria vida, fazendo suas escolhas, a partir das relações sociais que estabelecem com seu grupo e com os demais grupos. De acordo

com Freire e Shor (1986), o empoderamento possibilita a transformação cultural dos sujeitos, mas esta apenas ocorre por meio da educação, que é um ato político.

Meirelles e Ingrassia (2006, p.2) apontam que

[...] o processo de empoderamento adquire sua força quando assume uma perspectiva de classe social, dotando-se de um caráter profundamente transformador que permite ao indivíduo a partir da tomada de consciência de sua posição de classe, desprender-se, das amarras que lhes são impostas por sua própria consciência intransitiva ingênua.

Tornar os sujeitos empoderados supera a promoção social, como meio de assistencialismo. Empoderar pressupõe a conscientização crítica e participativa, tendo como referência a autonomia. Baquero (2012, p. 181) afirma que “o empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica”. Pressupondo tal como processo a atividade autônoma, Faleiros (2010, p. 63) explica que “o fortalecimento da autonomia implica o poder viver para si no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências”.

Para que o processo de empoderamento se efetive, não pode estar restrito apenas ao nível individual, mesmo sendo este o pressuposto inicial deste processo. Limitar o empoderamento apenas aos indivíduos, restringe o processo coletivo e impede que haja uma transformação no grupo em que o indivíduo está inserido, refletindo apenas numa medida paliativa e não estrutural. De acordo com Oakley e Clainton (2003), há grupos à margem do poder e estes precisam empoderar-se.

“Como orientación valórica, el empoderamiento implica un tipo de intervención comunitária de cambio social que se basa en las fortalezas, competencias y sistemas de apoyo social que promueven el cambio en las comunidades” (SILVA; MARTINEZ, 2004, p. 29). Consolidar este pressuposto implica no avanço das ações voltadas aos grupos marginalizados, neste sentido, empoderar não é dar poder às pessoas, mas possibilitar suas capacidades e habilidades de “ganhar poder sobre suas próprias vidas” (BAQUERO, 2012, p. 179), tornando-se conscientes e atores sociais ativos, com capacidade de reflexão e atuação junto ao grupo social que pertencem.

O empoderamento, como envolvimento ativo dos cidadãos, é considerado como a legitimação da democracia. Os cidadãos empoderados (confiantes, solidários e recíprocos) possibilitarão a formação e eficiência da comunidade política por meio da participação popular (CONTRERAS, 2012, p. 6).

O empoderamento transforma os indivíduos em sujeitos da história, pessoas que transformam seu ambiente ao invés de serem transformadas por ele (CAMPOS, 2010, p.26-27)

Empoderamento envolve autoconfiança, capacidade crítica, participação, organização, solidariedade e capital social (CAMPOS, 2010, p. 27). Assim, as universidades para a terceira idade são exemplos práticos do processo de empoderamento.

Os idosos na sociedade brasileira são alvos de mitos, estigmas negativos e preconceitos cultivados culturalmente o que provoca uma vulnerabilidade neste segmento etário e, como consequência, resulta na marginalização, segregação e desempoderamento. Entre esses preconceitos reforça-se a incapacidade para a produção, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, forçando a se manterem na ilegalidade, dificuldade econômica o que impede que o idoso tenha autonomia plena (econômica, social, simbólica).

Entretanto para possibilitar uma mudança neste panorama surge como necessidade premente a distribuição equitativa de poder como tentativa de superar este panorama de hostilidade e desrespeito com relação ao idoso.

É comum se perceber no idoso uma carência afetiva atribuída a perda de laços afetivos, como morte de seu cônjuge, a síndrome do ninho vazio, isolamento social, solidão, marginalização, vítimas de violência (física, psicológica) o que fortalece a vulnerabilidade desta faixa etária.

O poder também está relacionado com o conhecimento o qual consiste em uma fonte de poder e uma forma de adquiri-lo” (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 11). Assim, todo conhecimento adquirido pode interferir e alterar as relações existentes, na medida em que este legitima a autoridade. Contrapondo-se a isto, a ausência de conhecimento implica em carência de poder.

Com esta afirmação, não significa, que para o grupo de idosos adquirir poder, necessariamente precisa ocorrer uma redução de poder por parte de outros grupos, mas certamente, o empoderamento deste grupo resultará em consequências sobre o poder exercido pelos demais grupos.

O conhecimento passa a ser um instrumento eficiente e necessário para o empoderamento, em especial, para os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios

sociais. O poder – formal, tradicional ou informal – está no coração de qualquer processo de transformação e é a dinâmica fundamental que determina as relações sociais e econômicas (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 9).

Podem-se distinguir quatro formas básicas de poder: cultural, social, político e econômico. Não se pode considerar que uma destas formas exista independente, mas se complementam, são interdependentes e permitem que com a distribuição mais equilibrada do poder possibilitará o desenvolvimento pessoal, familiar, grupal e em última instância social.

Como afirma Freire (1996), a leitura crítica de si mesmo e do mundo, rumo a uma conscientização propicia maior capacidade de intervenção e controle sobre a própria vida e o seu entorno. Aqui se pode considerar o segmento do idoso que cada dia mais reclama por maior respeito e valorização pessoal e social, pelo desempenho de mais atividades e maior participação social, seja por meio de associações, de conselhos ou voluntariado em diferentes instituições, mas desempenhando o papel de protagonistas de suas próprias vidas e do seu próprio desenvolvimento.

Os idosos mais conscientes buscam maior inserção na dinâmica da sociedade e neste sentido organizam-se e se mobilizam para adquirir maior reconhecimento social. Um dos grandes desafios do século é justamente a questão do envelhecimento e do significativo número de idosos em nosso país, o que certamente provoca, em diferentes instâncias, a preocupação e busca de políticas públicas para satisfazer esta demanda real. Pode-se considerar que “o poder define o padrão básico das relações econômicas e sociais em um dado contexto, e portanto, tem influencia fundamental em qualquer intervenção que potencialmente ameace a distribuição existente” (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 10).

O empoderamento em diferentes níveis, social, cultural, econômico e político a longo prazo possibilitará reequilibrar a estrutura de poder dentro da sociedade e contribuir para elaborar um outro paradigma de velhice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas no campo da gerontologia têm crescido sensivelmente e abordado temáticas relacionadas com o idoso enquanto sujeito, entre as quais a educação, a cultura e empoderamento.

A educação e a cultura se entrelaçam e possibilitam instrumentalização de saberes e de técnicas aos indivíduos, possibilitando a inserção e pertencimento à sociedade. Assim, constituem estratégias de intervenção e empoderamento do idoso, no sentido individual e coletivo.

Essas pesquisas buscam deslocar o eixo do envelhecimento enquanto fenômeno individual e inevitável para uma questão social considerando um dos grandes desafios para a sociedade brasileira o seu envelhecimento populacional enquanto uma realidade social e política, superando a do envelhecimento biológico em detrimento da lógica do capital em uma sociedade capitalista, na qual prescreve o destino dos indivíduos conforme sua relação com as condições materiais de produção e reprodução social, imprimindo um perfil diferenciado a cada um conforme a classe, hierarquias e status sociais.

A dimensão política e social do fenômeno do envelhecimento não pode ser minimizada sob o risco de diminuir este fenômeno, em última instância apenas a dimensão individual e, com uma diversidade de nuances que despolitiza a seriedade e a influência significativa que a sociedade recebe, garantindo pelo Estado uma posição hegemônica e confortável enquanto fortalece culturalmente estereótipos negativos e cruéis para a velhice.

O empoderamento do idoso, inserido em uma cultura a qual pertence e mediado pela educação e atividades socioculturais possibilita a elaboração de novos símbolos e representações sociais da velhice e do idoso, além de uma construção cultural mais otimista, mais real superando o simbólico estabelecido na esfera cultural de impotência, limitações e desvalorização social.

A posição do idoso não deve ser reduzida a um processo individual, mas refletida e resignificada como uma questão social, e em diferentes iniciativas educacionais, em sentido amplo, repensar ações que sejam capazes de gerar novos saberes, possibilitar aprendizagem, criação, participação e maior inserção social do idoso.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: um instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012.

CAMPOS, P. C. Os meios de comunicação e o empoderamento da 3ª idade. **A terceira idade**, São Paulo, v. 21, n. 48, p. 20-38, jul. 2010.

CANDAU, V. M. **Sociedade, educação e cultura(s):** questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTAÑO, MOYANO e CASTILLO. La educación multicultural y el concepto de cultura. Internet/OEI: 1998.

CONTRERAS, H. S. H. Conscientização e empoderamento: a crítica da educação popular ao capital social. In: ANPED SUL - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9, 2012, Caxias do Sul, **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012, p. 1-16.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: cotidiano do professor**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1979.

GOHN, M.G. Educação não formal na pedagogia social. Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1, 2006, São Paulo, **Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social**, USP, 2006.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOROCHOVSKI, R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007, p. 485-506.

MEIRELLES, M.; INGRASSIA, T. Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. **Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-9, ago. 2006.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento** (“empowerment”). São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice: teorias, demografia e a política**. Curitiba: CRV, 2011.

PAIVA, V. Educação permanente: ideologia educativa ou necessidade econômico-social? In: PAIVA, V. RATTNER, H. **Educação permanente e capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1985.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. Uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 8.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005

SCHIMIDT, E. S. Cultura e sociedade. In: OLIVEIRA, R.C.S. **Sociologia: consenso e conflitos**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

SILVA, C.; MARTÍNEZ, M. L. Empoderamiento: proceso, nivel y contexto. **Psykhé**, Santiago do Chile, v. 13, n. 1, p. 29-39, mai. 2004.